

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, a Administração da METANOR S.A. - Metanol do Nordeste submete à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro 2014, acompanhadas do Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes, ressaltando os principais fatos ocorridos neste período. **Comentários Gerais**

- No ano de 2014 a economia global foi influenciada positivamente pela continuação da recuperação da economia dos EUA e o bom desempenho de outros mercados desenvolvidos, como o do Reino Unido. No entanto, o crescimento manteve-se abaixo do previsto em função da menor expansão dos países emergentes e da zona do Euro. A economia chinesa manteve-se com o ritmo de crescimento muito próximo a meta estabelecida pelo governo e um pouco superior às expectativas do mercado. Cabe destacar, a grande desvalorização na cotação das *commodities*, em especial do petróleo, verificada no final do ano, tendo como fundamento a produção recorde de petróleo e de gás de xisto nos EUA e o crescimento mais modesto da economia chinesa. No Brasil, a atividade econômica continuou com baixo desempenho, influenciada por um cenário político conturbado devido às eleições, maior número de feriados em função da Copa do Mundo de Futebol realizada no Brasil, inflação em alta levando o governo a promover incremento na taxa SELIC e graves problemas fiscais. Este cenário somado ao risco iminente de racionamento de água e energia no país aumentou as incertezas, gerando uma desvalorização do real. Para a indústria, o ambiente seguiu de imensas dificuldades, com baixos investimentos, enfraquecimento do consumo, forte penetração de produtos importados e acúmulo de estoques. Relativamente a Companhia e sua controlada Copenor temos a ressaltar: a) investimento da ordem de R\$ 8 milhões para realização de parada programada de 20 dias, no final do primeiro semestre, da unidade de metanol, seu principal produto; b) redução dos preços no mercado nacional em relação à paridade de importação, devido ao acirramento da concorrência no mercado de revenda de metanol importado, e da política de quotas implantada pelo Governo Federal para importação de metanol com redução da alíquota de importação de metanol de 12% para 0%; c) utilização de Prejuízos Fiscais e Base de Cálculo Negativa de Contribuição sobre o Lucro, promovido pelo Programa do Governo de Refinanciamento de Débitos de Impostos (REFIS), para liquidação dos parcelamentos de impostos federais registrado no passivo da Companhia, ocorrido no mês de novembro de 2014. **Produção e Vendas Consolidadas** - Os níveis de produção e vendas das plantas industriais da controlada COPENOR mantiveram-se em linha com as previsões para o ano de 2014. **Metanol** - A planta de metanol produziu 77,9 mil toneladas em 2014, contra 83,9 mil toneladas em 2013, decréscimo de 7,2%. Essa redução teve como principal motivação a parada de 20 dias da produção para manutenção programada da unidade. Parte da produção (29,1 mil toneladas em 2014 e 28,3 mil toneladas em 2013) foi direcionada para consumo interno na produção de formaldeído. Com relação às quantidades vendidas, a comercialização de metanol produziu totalizou 48,6 mil toneladas, contra 54,3 mil toneladas no ano anterior, diminuição de 10,7%. No segmento de revenda foram comercializadas 36,9 mil toneladas contra 67,1 mil toneladas no ano de 2013, diminuição de 45%. Esta retração foi ocasionada por uma maior competição verificada neste mercado. **Formaldeído (Formol)** - As plantas de formol produziram um total de 65,8 mil toneladas em 2014 versus 63,3 mil toneladas no ano anterior, incremento de 3,9%. Do total produzido, foram utilizadas internamente 14,8 mil toneladas para a produção de hexametilenotetramina em 2014, contra 14,2 mil toneladas em 2013. As vendas do formol registraram 51,4 mil toneladas em 2014, contra 49,1 mil toneladas do ano anterior, crescimento de 4,7%.

Hexametilenotetramina (Hexa) - A planta de hexametilenotetramina (Hexa) produziu um total de 4,1 mil toneladas em 2014, contra 3,8 mil toneladas em 2013, crescimento de 7,9%. As vendas em 2014 totalizaram 4,1 mil toneladas contra 3,8 mil toneladas do ano anterior, também com crescimento de 7,9%. **Sistema de Gestão Integrado - SGI.** A controlada COPENOR - Companhia Petroquímica do Nordeste é uma empresa brasileira que direciona seus esforços buscando alcançar o nível de excelência de desempenho e de conduta ética dentro de um mercado cada vez mais competitivo e globalizado. Atuando de maneira socioambiental responsável a fim de galgar crescimento sustentável, a COPENOR vem pautando suas ações visando atender aos requisitos dos seus clientes e acionistas, respeitando o meio ambiente, a saúde e a segurança dos seus empregados e prestadores de serviço. Confirmando sua disposição em atender aos princípios e aos requisitos anteriormente citados, a COPENOR mantém a certificação de seu Sistema de Gestão Integrado - SGI, que engloba as normas ISO 9001:2008 - Sistema de Gestão da Qualidade, ISO 14001:2004 - Sistema de Gestão Ambiental e OHSAS 18001:2007 - Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho, submetendo-se a 02 auditorias externas por ano através da empresa certificadora BSI Brasil. Com a conclusão e implantação do projeto Gestão por Processos, a COPENOR teve mapeado todas as atividades da empresa, o que possibilitou a definição de Indicadores de Desempenho para todos os seus Processos. Estes Indicadores são monitorados diariamente e avaliados mensalmente em reunião envolvendo toda a liderança, permitindo um acompanhamento sistematizado da performance geral da empresa e correções de rumo daqueles Processos com tendência desfavorável ou com não atingimento das metas estabelecidas. Desta forma, o Sistema de Gestão foi consolidado em toda a empresa, contribuindo para o gerenciamento do desempenho das atividades, para a eliminação da recorrência de erros e, consequentemente, para a redução de custos e aumento da eficácia da Companhia como um todo. **Recursos Humanos** - No ano de 2014, foi dada continuidade ao Programa Anual de Treinamento de seus profissionais, especialmente em razão das necessidades de manutenção do processo do SGI e do Programa de Melhoria na Qualificação dos seus empregados; ademais, foi dada continuidade ao SGD - Sistema de Gestão do Desempenho, o qual é um instrumento estruturado sobre dois vetores - metas e competências. O primeiro estabelece vínculos claros entre as metas anuais da empresa e aquelas das diversas unidades (Diretorias, Gerências e Coordenadorias) que integram a estrutura de comando. Já o segundo, definido a partir de dois modelos de competências desenhados sob medida para a realidade da controlada COPENOR, completa a estrutura do SGD sem deixar de considerar as transformações organizacionais e culturais nela havidas, bem como a importância de ampliar as ações de desenvolvimento atitudinal de seus gestores e colaboradores individuais. Adicionalmente, além de orientar, de forma clara, a melhoria contínua da habilidade gerencial dos profissionais de comando, constitui-se num dos pilares do planejamento sucessório da empresa. A combinação dos dois vetores viabiliza o planejamento e avaliação de desempenho dos profissionais envolvidos e a gestão dos resultados deste

processo de desenvolvimento organizacional.

DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO DA COMPANHIA EXERCÍCIOS SOCIAIS DE 2014 E 2013 - (Em milhares de reais)

	2014		2013	
	2014	% ROL	2013	% ROL
Receita Líquida	184.232		212.538	
Custo dos Produtos Vendidos	(143.440)	-78%	(160.392)	-76%
Depreciação dos Produtos Vendidos	(8.502)	-5%	(5.139)	-2%
Total do CPV	(151.942)	-82%	(165.531)	-78%
Lucro Bruto	32.290	18%	47.007	22%
1 - Despesa com Vendas	(12.638)	-7%	(12.567)	-6%
2 - Despesas Gerais, Administrativas, e Honorários	(13.301)	-7%	(12.693)	-6%
3 - Outras Receitas (Despesas) Operacionais (*)	(4.251)	-2%	(3.593)	-2%
4 - Perda na alienação de ativo imobilizado	(1.886)	-1%	-	0%
5 - Despesa com ociosidade (Capacidade ociosa)	(604)	0%	(798)	0%
EBITDA	8.112	4%	22.495	11%
6 - Depreciação e Amortização	(1.940)	-1%	(1.699)	-1%
7 - Resultado Financeiro Líquido	(6.711)	-4%	(6.317)	-3%
Despesas Operacionais (1+2+3+4+5+6+7)	(41.331)	-22%	(37.667)	-18%

Análise do Desempenho Operacional

Receita Líquida - A receita líquida teve uma redução de 13% em relação a 2013, motivada especialmente pela diminuição da quantidade de metanol revendido e de produção própria em função da parada para manutenção da planta de metanol.

LUCRO BRUTO - O lucro bruto no exercício social de 2014 apresentou uma diminuição de 31%, influenciado pelo aumento das matérias-primas, especialmente o gás natural, e a redução de preços do metanol no segundo semestre, parcialmente compensada pelo efeito da desvalorização cambial, além da retração da venda de metanol importado para revenda. **DESPESAS OPERACIONAIS** - Do lado das despesas operacionais, houve um incremento pontual de 10%, sendo mais significativo a perda de R\$ 1.798 registrada no grupo alienação de ativo imobilizado no exercício de 2014, referente a baixa da planta antiga de pentaeritrólol paralisada em 2007 devido ao mercado. Houve ainda o aumento de 5% nas despesas gerais e administrativas, reflexo das correções salariais e nos serviços de terceiros pela inflação. Adicionalmente, merece destaque o incremento das despesas ocorrido no item outras receitas (despesas) operacionais da ordem de R\$ 504 mil, relacionado em sua maioria a provisões para contingências trabalhistas.

EBITDA - (Em milhares de reais)

	2014		2013	
	2014	2013	2013	Varição
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	184.232	212.538		-13%
Lucro (prejuízo) operacional	(9.041)	9.340		-197%
(+) Resultado financeiro líquido	6.711	6.317		6%
(+) Depreciação e amortização	10.442	6.838		53%
EBITDA	8.112	22.495		-64%
MARGEM EBITDA (*)	4,40%	10,58%		

(*) A Margem EBITDA é o mesmo dividido pela Receita Operacional Líquida.

A EBITDA da Companhia no exercício social de 2014 registrou R\$ 8.112 mil, que comparada com o ano anterior de R\$ 22.495 mil apresenta um decréscimo na ordem de R\$ 14.383 mil, ou seja, 64%. Como explicado acima, a maior parte desse decréscimo veio em decorrência dos efeitos pontuais nas despesas operacionais, somada a redução no volume de revenda de metanol importado. **Resultados Consolidados** - Em 31 de dezembro de 2014, foram apurados lucros de R\$ 4.608 mil na controladora e R\$ 5.250 mil no consolidado enquanto que no exercício de 2013 foram apurados lucros de R\$ 4.640 mil na Controladora e R\$ 5.429 mil no Consolidado. Cabe destacar que, apesar do menor lucro operacional influenciado por questões pontuais como a provisão para perdas trabalhistas e o efeito da baixa da planta antiga de pentaeritrólol, a Companhia conseguiu manter o mesmo nível de lucro líquido auferido no exercício anterior, especialmente pelos efeitos positivos advindos da contabilização da utilização dos Prejuízos Fiscais e da Base de Cálculo Negativa de CSSL para pagamento do passivo tributário. Adicionalmente, é importante registrar a diminuição significativa no Grau de Endividamento da Companhia, que mede a participação do capital de terceiros, que passou de 174% em 2013 para 120% em 2014. A Administração, mesmo diante do resultado positivo, está propondo a não distribuição de dividendos em função de ainda possuir prejuízos acumulados da ordem de R\$ 43 milhões. **Relacionamento com os Auditores Independentes** - A Política de Gestão da Companhia, no que tange à contratação de serviços junto aos seus auditores independentes não relacionados a serviços de auditoria externa, assegura que não há conflito de interesse, perda de independência ou objetividade. Em 2014, não houve contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos auditores independentes da Companhia. **Perspectivas** - Para o exercício de 2015, a Administração, não obstante a retração dos preços do metanol no mercado internacional no último trimestre de 2014, está confiante na continuidade dos resultados positivos, em função dos reflexos favoráveis advindos da desvalorização do real no preço de seus principais produtos e da continuação da recuperação das vendas de metanol. A Administração, finalmente, agradece o decisivo apoio recebido dos acionistas, clientes, fornecedores, agentes financeiros, comunidade e, em especial, o empenho e a dedicação de seus colaboradores.

Camaçari, 18 de março de 2015. **A Administração.**

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

Ativo	NE	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	NE	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013			2014	2013		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	-	-	5.644	14.996	Fornecedores	12	-	-	5.444	12.799
Contas a receber	7	-	-	15.808	13.024	Empréstimos e financiamentos		-	-	25.619	22.122
Estoques	8	-	-	19.429	18.890	Tributos a recolher		-	-	1.411	4.712
Tributos a recuperar	9	10	18	2.277	4.281	Parcelamento de tributos	16	576	-	-	920
Despesas antecipadas		-	-	281	308	Provisões para férias e encargos		-	-	2.759	2.350
Instrumentos financeiros derivativos	12	-	-	1.371	826	Provisão para participação nos lucros		-	-	-	1.000
Outros ativos circulantes		-	-	715	1.950	Cláusula Quarta a pagar	15	-	-	1.375	1.375
Total do circulante	10	18	45.525	54.275	Outros passivos circulantes		-	-	2.925	2.201	
						Total do circulante			576	39.533	47.479
Não circulante						Passivo não circulante					
Contas a receber	7	-	-	3.288	3.288	Empréstimos e financiamentos	12	-	-	15.451	9.002
Tributos a recuperar	9	533	926	6.215	7.907	Parcelamento de tributos	16	16.065	-	-	19.415
Depósitos judiciais	15	92	36	4.326	3.158	Valores a pagar a partes relacionadas	13	18.614	1.745	-	-
Despesas antecipadas		-	-	-	673	Tributos diferidos	14	-	-	5.220	5.564
Valores a receber de partes relacionadas	13	4	4	-	-	Cláusula Quarta a pagar	15	-	-	-	1.375
Instrumentos financeiros derivativos	12	-	-	523	190	Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	15	295	278	4.085	1.644
Investimentos	10	72.302	67.104	931	931	Total do passivo não circulante		18.909	18.088	24.756	37.000
Imobilizado	11	-	-	56.798	62.007	Patrimônio líquido	17				
Intangível		-	-	442	477	Capital social		67.425	67.425	67.425	67.425
Total do ativo não circulante	72.931	68.070	72.523	78.631	Reservas de capital		18.147	18.147	18.147	18.147	
					Ajuste de avaliação patrimonial		9.977	10.634	9.977	10.634	
					Prejuízos acumulados		(41.517)	(46.782)	(42.932)	(48.839)	
							54.032	49.424	52.617	47.367	
					Participação de não controladores		-	-	1.142	1.060	
					Total do patrimônio líquido		54.032	49.424	53.759	48.427	
Total do ativo	72.941	68.088	118.048	132.906	Total do passivo e do patrimônio líquido		72.941	68.088	118.048	132.906	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

	Controladora							Consolidado	
	Capital social	Reservas de capital		Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total	Baixa do diferido	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido
		Correção monetária do capital	Reserva de incentivo fiscal						
Saldos em 1º de janeiro de 2013	67.425	350	17.797	11.293	(52.081)	44.784	(2.846)	962	42.900
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(998)	998	-	-	-	-
Realização do custo atribuído	-	-	-	339	(339)	-	-	-	-
Tributação sobre a realização do custo atribuído	-	-	-	-	4.640	4.640	789	98	5.527
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	67.425	350	17.797	10.634	(46.782)	49.424	(2.057)	1.060	48.427
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(996)	996	-	-	-	-
Realização do custo atribuído	-	-	-	339	(339)	-	-	-	-
Tributação sobre a realização do custo atribuído	-	-	-	-	4.608	4.608	642	82	5.332
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	67.425	350	17.797	9.977	(41.517)	54.032	(1.415)	1.142	53.759

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto lucro básico e diluído por ação expresso em reais)

	NE	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
		Receita operacional líquida	21	-	-
Custo dos produtos vendidos	22	-	-	(151.942)	(165.531)
Lucro bruto		-	-	32.290	47.007
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	22	-	-	(12.638)	(12.567)
Gerais e administrativas	22	(363)	(348)	(11.609)	(10.673)
Honorários dos administradores	13	-	-	(2.217)	(2.487)
Participações dos empregados e administradores		-	-	(221)	(1.350)
Ociosidade	18	-	-	(2.019)	(2.030)
Outras despesas operacionais, líquidas	22	(351)	(197)	(6.165)	(3.593)
Equivalência patrimonial	10	5.198	6.098	-	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		4.484	5.553	(2.579)	14.307
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	23	-	-	4.214	2.983
Despesas financeiras	23	(1.696)	(913)	(7.826)	(5.867)
Variação cambial, líquida	23	-	-	(3.099)	(3.433)
Lucro (prejuízo) antes da tributação		2.788	4.640	(9.290)	7.990
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	-	-	-	(3.213)
Incentivo fiscal - SUDENE	14	-	-	-	405
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	1.820	-	14.622	345
Lucro líquido do exercício		4.608	4.640	5.332	5.527
Participação de não controladores		-	-	(82)	(98)
Lucro líquido do exercício		4.608	4.640	5.250	5.429
Quantidade de ações ao final do exercício		296.079.302	296.079.302	-	-
Lucro básico e diluído por ação - em R\$	24				
Ordinárias		0,0195	0,0197	-	-
Preferenciais "A"		0,0136	0,0137	-	-
Preferenciais "B"		0,0136	0,0137	-	-
Preferenciais "C"		0,0136	0,0137	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Lucro líquido do exercício	4.608	4.640	5.250	5.429
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total resultados abrangentes do exercício	4.608	4.640	5.250	5.429

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
	Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	2.788	4.640	(9.290)	7.990
Ajustes de				
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	-	-	5.253	4.604
Depreciação e amortização	-	-	10.807	6.877
Equivalência patrimonial	(5.198)	(6.098)	-	-
Valor residual do ativo imobilizado baixado	-	-	1.088	118
Constituição de provisão para perdas no imobilizado	-	-	1.886	-
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	2.985
Constituição de provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	17	21	2.441	65
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(398)	(1.016)
Variações nos ativos e passivos	(2.393)	(1.437)	11.787	21.623
Contas a receber de clientes	-	-	(2.784)	(2.894)
Estoques	-	-	(539)	(2.896)
Tributos a recuperar	401	176	3.696	(1.023)
Valores a receber de partes relacionadas	-	-	-	(2.911)
Outros ativos operacionais	(56)	5	767	551
Fornecedores	-	(5)	(7.355)	2.520
Tributos a recolher	-	-	(3.301)	452
Provisões para férias e encargos	-	-	-	409
Parcelamento de tributos	(14.821)	1.261	(6.057)	(74)
Valores a pagar a partes relacionadas	16.869	-	-	-
Outros passivos operacionais	-	-	(1.651)	(2.712)
Juros pagos sobre empréstimos	-	-	(5.028)	12.683
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas operações	-	-	(2.211)	(2.002)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Adições ao Intangível	-	-	(56)	(301)
Adições ao imobilizado	-	-	(8.481)	(3.400)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	-	-	(8.537)	(3.701)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	31.646	27.504
Pagamento de empréstimos e financiamentos	-	-	(24.742)	(23.525)
Liquidação de instrumentos financeiros	-	-	(480)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	-	-	6.424	3.979
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	-	-	(9.352)	10.959
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-	14.996	4.037
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	-	5.644	14.996

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
	Receitas			
Vendas de produtos	-	-	221.337	256.113
Outras receitas	-	-	253	688
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(2.985)
Insumos adquiridos de terceiros	-	-	221.590	253.817
Custos dos produtos vendidos	-	-	(151.942)	(165.531)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(714)	(545)	(29.743)	(42.611)
Valor adicionado bruto	(714)	(545)	(181.685)	(208.142)
Depreciação e amortização	(714)	(545)	39.905	45.675
Valor adicionado líquido produzido	(714)	(545)	(10.807)	(6.837)
Valor adicionado recebido em transferência	-	-	29.098	38.838
Resultados de equivalência patrimonial	5.198	6.098	-	-
Receitas financeiras (inclui variação cambial)	-	-	4.243	1.790
Outras receitas	-	-	95	27
Valor adicionado total a distribuir	4.484	5.553	33.436	40.655
Distribuição do valor adicionado				
Empregados	-	-	16.407	14.121
Remuneração direta	-	-	3.243	1.745
Benefícios	-	-	1.006	934
FGTS	-	-	20.656	16.800
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	(1.820)	-	(8.087)	10.171
Estaduais	-	-	2.906	(1.010)
Municipais	-	-	494	345
Remuneração de capitais de terceiros	(1.820)	-	(4.687)	9.506
Despesas financeiras (inclui variação cambial)	1.696	913	10.954	8.106
Aluguéis	-	-	1.181	716
Remuneração de capitais próprios	1.696	913	12.135	8.822
Lucro líquido do exercício	4.608	4.640	5.250	5.429
Participação de não controladores	-	-	82	98
Valor adicionado distribuído	4.484	5.553	33.436	40.655

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 - (Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional - A Metanor S.A. - Metanol do Nordeste ("Metanor" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na Rua do Eteno, nº 1042, Complexo Básico - COPEC, município de Camaçari, Estado da Bahia, cujas ações são negociadas em mercado de balcão não organizado. O controle acionário da Companhia é compartilhado pela Petrobras S.A. e pelo Grupo Peixoto de Castro, ambos com metanól das ações ordinárias. A Metanor é controladora direta da Copenor - Companhia Petroquímica do Nordeste e controladora indireta da Logipal Trade S.A.. Atualmente, a Metanor opera como uma *holding*. O metanol e seus derivados, principais produtos acabados da controlada Copenor, são importantes matérias-primas ou insumos para os segmentos de biodiesel, chapas acrílicas, indústria têxtil, papel e celulose, aditivo de combustíveis, herbicidas para a agricultura de soja transgênica, resinas de tintas e vernizes, resinas de madeira, indústria de couro/curtumes, componentes automotivos como lonas, pastilhas de freios, embreagens, produtos de borracha, etc. Em 15 de maio de 2013, foi deferido pela Justiça o pedido de recuperação judicial da GPC Participações S.A. e suas controladas Apolo Tubos e Equipamentos S.A. e GPC Química S.A.. A GPC Participações S.A. permanecerá em Recuperação Judicial até que se cumpram todas as obrigações previstas no Plano de Recuperação entregue ao Juízo em 24 de junho de 2013 nos termos do art. 53 da Lei nº 11.101/05, e que vencem em até dois anos após aprovação do Plano pela Assembleia de Credores. A controlada Copenor constituiu provisão para perda de parte do valor registrado no contas a receber junto à GPC Química, com base na parcela máxima de desconto (46,1%) sugerida pelo Plano de Recuperação para a classe de credores em que esta está enquadrada, classe III (vide nota 7).

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis - (i) **Aspectos gerais** - A conclusão destas demonstrações financeiras, as quais estão expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma, foi autorizada pela Reunião da Diretoria em 13 de março de 2015. As demonstrações financeiras da Companhia compreendem: a) **Demonstrações financeiras consolidadas**: As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). b) **Demonstrações financeiras individuais da controladora**: As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Até 31 de dezembro de 2013, essas práticas diferiam do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo e em decorrência da opção pela manutenção do saldo do ativo diferido até sua completa amortização nas demonstrações financeiras da controladora. Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (*Separate Financial Statements*) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionando a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. (ii) **Principais práticas contábeis** - As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações financeiras individuais da Companhia (BR GAAP) e consolidadas (IFRS): a) **Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira**: Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. b) **Provisão para recuperação ao valor recuperável de ativos não financeiros**: A Administração revisa, pelo menos anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. c) **Ajuste a valor presente de ativos e passivos**: Os ativos e passivos monetários não circulantes são ajustados pelo seu valor presente e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. d) **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**: São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da Companhia. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: i. A seleção de vidas úteis e a análise de recuperação do ativo imobilizado e ativos intangíveis; ii. A provisão para créditos de liquidação duvidosa; iii. A provisão para perdas no estoque; iv. A provisão para perdas nos investimentos; v. O imposto de renda e contribuição social diferidos; vi. A provisão para contingências; vii. A mensuração do valor justo de instrumentos financeiros; viii. As estimativas para divulgação do quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos conforme Instrução CVM nº 475/08. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente. e) **Benefícios a colaboradores e plano de previdência privada**: A controlada Copenor concede aos colaboradores benefícios que envolvem seguro de vida, assistência médica, participações nos resultados e outros benefícios, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após término do vínculo empregatício com a sua controlada. f) **Demonstrações do valor adicionado (DVA)**: Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e controlada e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs. g) **Consolidação**: A Companhia controla a investida quando está exposta a, ou tem direito, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina. Transações entre empresas, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. 3. **Pronunciamentos novos ou revisados** - Determinadas normas, alterações de normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB/ IFRIC e se aplicam pela primeira vez em 2014, porém não são aplicáveis às operações da Companhia e não produziram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia. Adicionalmente novos pronunciamentos e interpretações foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data da emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão divulgados abaixo: • IFRS 9 Instrumentos Financeiros (Vigência a partir de 01/01/2018) - A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de *hedge*. Será exigido efeito retrospectivo, mas a informação comparativa não é obrigatória; • IFRS 15 Receitas de contratos com clientes (Vigência a partir de 01/01/2017) - O principal objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento de receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis; • Alteração IAS 16 e IAS 38 Métodos aceitáveis de depreciação e amortização (Vigência a partir de 01/01/2016) - Método de depreciação e amortização deve ser baseado nos benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo; • Alteração IAS 27 Equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas - A revisão cria a possibilidade de adoção do método da equivalência patrimonial nos investimentos detidos em controladas nas demonstrações separadas. Vigência a partir de 01/01/2016; • Alteração IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 Entidade de investimento - exceções a regra de consolidação (Vigência a partir de 01/01/2016) - Dentre outros esclarecimentos, fica estabelecido que a entidade que não é de investimento poderá manter, na aplicação da equivalência patrimonial, a mensuração do valor justo por meio do resultado utilizada pelos seus investimentos; • Alteração IAS 1 (Vigência a partir de 01/01/2016) - Tem o objetivo de enfatizar que a informação contábil-financeira deve ser objetiva e de fácil compreensão. A Companhia não espera que estas normas produzam impactos relevantes em suas demonstrações financeiras. 4. **Demonstrações financeiras consolidadas** - As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e sua controlada direta Copenor e controlada indireta Logipal Trade S.A.. A conciliação do resultado do exercício e do patrimônio líquido entre controladora e consolidado é assim resumida:

	Patrimônio líquido		Lucro líquido do exercício	
	2014	2013	2014	2013
Controladora	54.032	49.424	4.608	4.640
Baixa do diferido (a)	(1.415)	(2.057)	-	-
Reversão da amortização do diferido (a)	-	-	642	789
Consolidado - acionistas controladores	52.617	47.367	5.250	5.429
Participação dos não controladores	1.142	1.060	82	98
Consolidado	53.759	48.427	5.332	5.527

(a) A controlada optou pela manutenção do ativo diferido até a sua amortização total, conforme permitido pela deliberação nº 565 da CVM, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 13 - Adoção inicial da Lei nº 11.638/07. 5. **Gestão de risco financeiro - 5.1 Fatores de risco financeiro** - A Companhia e sua controlada estão expostas aos seguintes riscos: (a) **Gestão de risco de capital**: A Companhia promove a gestão do Capital através de diretrizes emanadas dos acionistas controladores que estabelecem parâmetros qualitativos e quantitativos para melhor adequar a estrutura de capital. Ela leva em consideração o setor petroquímico no qual está inserida e é ajustada considerando as mudanças nas condições econômicas do país. A gestão de capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a Companhia, envolvendo todos os aspectos que definem uma estrutura de capital ótima, tal como o custo do endividamento, além de poder promover ajustes na política de pagamento de dividendos aos acionistas. (b) **Exposição a riscos de commodities**: A controlada Copenor está exposta à variação de preços de algumas *commodities* petroquímicas, em especial, a de seu principal produto, o metanol. A controlada procura repassar as oscilações de preços desse produto provocadas pela flutuação da cotação internacional. (c) **Exposição a riscos cambiais**: Alguns empréstimos e financiamentos, insumos e produtos têm preços denominados ou influenciados pelas cotações internacionais de *commodities*, as quais são usualmente denominadas em dólares. A política para gestão de riscos cambiais prevê os limites máximos e mínimos de cobertura que devem ser obedecidos, os quais são observados continuamente. São adotados procedimentos de gestão de riscos de mercado e de crédito em conformidade com uma Política de Gestão Financeira e com uma Política de Gestão de Riscos. O objetivo da gestão de riscos é proteger o fluxo de caixa e reduzir as ameaças ao financiamento do seu capital de giro operacional e de programas de investimento. (d) **Exposição a riscos de taxas de juros**: A controlada Copenor está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda nacional está sujeita, principalmente, à variação da TJLP, das taxas pré-fixadas em reais e da variação do CDI diário. (e) **Exposição a riscos de crédito**: As operações que sujeitam a controlada Copenor à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras e outras contas a receber, onde a controlada fica exposta ao risco da instituição financeira ou cliente envolvido. Visando gerenciar este risco, a controlada mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de grande porte. Com relação ao risco de crédito de clientes, a controlada tem como mecanismos de proteção a análise rigorosa para a concessão do crédito e a obtenção de garantias reais e não reais quando julgadas necessárias. (f) **Análise de sensibilidade de variações no CDI e TJLP**: Apresentamos a seguir, em 31 de dezembro de 2014, análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de um ano. Adicionalmente, dois outros cenários, possível e remoto, são demonstrados a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

Operação	Risco	Taxa cenário provável	Efeito no resultado		
			Provável	Possível	Remoto
Empréstimos e financiamentos	Variação da TJLP	5,00%	(11)	(12) / 12	(14) / 14
Empréstimos e financiamentos	Variação do CDI	10,8%	(602)	(728) / 728	(853) / 853
Instrumentos financeiros derivativos ("Swap")	Variação do CDI	10,8%	(3.235)	(3.876) / 3.876	(4.516) / 4.516
Aplicações financeiras	Variação do CDI	10,8%	611	745 / (745)	879 / (879)
Efeito líquido total			<u>(3.237)</u>	<u>(3.871) / 3.871</u>	<u>(4.504) / 4.504</u>

A análise de sensibilidade, supracitada, considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos. 5.2 - **Instrumento financeiro por categoria** - Os principais ativos e passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e sua controlada são: • Mensurados ao valor justo por meio do resultado: são registrados nesta categoria os instrumentos financeiros adquiridos mantidos para negociação, com o propósito de venda no curto prazo. Estes instrumentos são mensurados ao valor justo. Os equivalentes de caixa (aplicações financeiras) e instrumentos financeiros derivativos são classificados nesta categoria. • Empréstimos e recebíveis: são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável, quando aplicável. Caixa, depósitos judiciais e contas a receber são classificados nesta categoria. • Outros passivos financeiros: são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando-se o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento. Fornecedores, parcelamento de tributos e empréstimos e financiamentos são classificados nesta categoria. São inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. Os instrumentos financeiros registrados no ativo e no passivo têm liquidez imediata ou vencimento em sua maioria, em prazos inferiores a doze meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, inclusive as taxas de remuneração contratadas, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis		Ativos ao valor justo por meio do resultado		Total	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
	Valores a receber de partes relacionadas	4	4	-	-	4
Depósitos judiciais	92	36	-	-	92	36
	96	40	-	-	96	40

Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis		Ativos ao valor justo por meio do resultado		Total	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
	Contas a receber de clientes	19.096	16.312	-	-	19.096
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	1.894	1.016	1.894	1.016
Depósitos judiciais	4.326	3.158	-	-	4.326	3.158
Caixa e equivalentes de caixa	677	644	4.967	14.352	5.644	14.996
	24.099	20.114	6.861	15.368	30.960	35.482

Ativos financeiros	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
	Outros passivos financeiros	-	-	41.070
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	20.335
Parcelamento de tributos	-	16.641	-	-
Valores a pagar a partes relacionadas	18.614	1.745	-	-
Fornecedores	-	-	5.444	12.799
	18.614	18.386	46.514	64.258

5.3 **Hierarquia de valor justo** - A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 - (Em milhares de reais)

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:

Instrumentos financeiros derivativos

Aplicações financeiras

Total

Hierarquia do Valor Justo		Consolidado	
		2014	2013
Nível 2		1.894	1.016
Nível 1		4.967	14.352
		6.861	15.368

6. Caixa e equivalentes de caixa (Consolidado) - Inclui caixa, saldos positivos e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

Instituição	Tipo	Rendimento	2014	2013
Caixa e bancos conta movimento			677	644
Aplicações financeiras:		100% a 103% CDI		
Itaú/Santander	Debêntures		4.967	6.810
Banrisul	CDB - pós fixada		-	7.542
Subtotal (Aplicações)			4.967	14.352
Total			5.644	14.996

7. Contas a receber (Consolidado) - A provisão para devedores duvidosos é constituída com base no histórico de perdas, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

	2014	2013
Clientes nacionais	12.549	10.599
Clientes no exterior	465	225
Empresas ligadas	9.385	8.791
	22.399	19.615
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.303)	(3.303)
Total	19.096	16.312
Ativo circulante	15.808	13.024
Ativo não circulante (a)	3.288	3.288
	2014	2013
A vencer	15.524	13.021
Vencidas 1-30 dias	204	-
Vencidas 31-60 dias	61	-
Vencidas 61-90 dias	8	-
Vencidas há mais de 90 dias	6.602	6.594
Total	22.399	19.615

(a) Refere-se a contas a receber decorrente de vendas efetuadas pela controlada Copenor para a GPC Química S.A., parte relacionada que encontra-se em processo de recuperação judicial, já líquido da provisão para perdas na realização deste crédito no montante de R\$ 2.812. A seguir é demonstrada a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	2014	2013
Em 1º de janeiro	(3.303)	(318)
Adições	-	(2.985)
Em 31 de dezembro	(3.303)	(3.303)

11. Imobilizado (Consolidado) - Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição ou construção, incluindo juros capitalizados durante o período de construção dos bens. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas no quadro abaixo e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **Adoção do custo atribuído (deemed cost)** - Conforme estabelecido pelo ICPC 10/CPC 27 (IAS 16), a controlada Copenor optou durante a adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC em convergência ao IFRS, pela atribuição de custo ao ativo imobilizado (deemed cost) somente para as classes de ativos a saber: i. Máquinas e equipamentos - unidade produtiva de metanol, R\$ 13.889; ii. Máquinas e equipamentos - unidade produtiva de formol, R\$ 3.537; iii. Terrenos, R\$ 4.099. **Garantias envolvendo imobilizados** - A controlada Copenor possui bens do ativo imobilizado dados em garantia de processos judiciais no montante de R\$ 11.493 (2013 - R\$ 24.670). **Planta paralisada e provisão para perdas** - A controlada Copenor possui ativo imobilizado líquido referente a planta de monopentaeritritol da unidade de Camaçari - BA, paralisada desde 2007, no montante de R\$ 2.710, líquido de provisão para perdas (2013 - R\$ 5.454), cujos ativos estão sendo depreciados, e cujos bens encontram-se em condições de uso nos negócios da Copenor ou de terceiros. Em 2014, a Companhia registrou provisão para perdas relativas à parte das instalações da referida planta que não serão reativadas no montante de R\$ 1.886. Estudos estão sendo concluídos pelo corpo técnico da Companhia, na busca de uma solução definitiva que viabilize o retorno da planta. A recuperação do valor líquido contábil desses ativos depende do sucesso das ações da Administração. A movimentação do ativo imobilizado é demonstrada como segue:

	2012	Adições	Baixas	2013	Adições	Baixas	2014
Custo							
Terrenos	4.322	-	-	4.322	-	-	4.322
Edificação e benfeitorias	7.676	578	-	8.254	270	-	8.524
Máquinas e equipamentos	144.698	2.701	(82)	147.317	7.928	-	155.245
Veículos	65	-	-	65	14	(23)	56
Móveis e utensílios	1.662	50	-	1.712	16	-	1.728
Computadores e periféricos	3.607	71	-	3.678	180	-	3.858
Almoxarifado	3.264	-	(36)	3.228	73	(1.088)	2.213
Outros	88	-	-	88	-	-	88
Total do custo	165.382	3.400	(118)	168.664	8.481	(1.111)	176.034
Depreciação							
Taxa média anual de depreciação (%)							
Edificações e benfeitorias	3	(4.923)	(152)	(5.075)	(152)	-	(5.227)
Máquinas e equipamentos	5	(90.193)	(6.493)	(96.686)	(10.394)	-	(107.080)
Veículos	20	(64)	(1)	(65)	(1)	23	(43)
Móveis e utensílios	10	(1.508)	(46)	(1.554)	(40)	-	(1.594)
Computadores e periféricos	20	(3.162)	(115)	(3.277)	(129)	-	(3.406)
Total da depreciação	(99.850)	(6.807)	-	(106.657)	(10.716)	23	(117.350)
(-) Provisão para perda	-	-	-	-	(1.886)	-	(1.886)
Total	65.532	(3.407)	(118)	62.007	(4.121)	(1.088)	56.798

12. Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

Modalidade e encargos anuais	2014	2013
Moeda nacional:		
Ativo imobilizado - 1,4% a.a. nas operações de fiança, e de até 1,05% a.m. nas operações de <i>leasing</i> financeiro. (i)	119	224
Ativo imobilizado - TJLP + 1,20% a.a. a 3,40% a.a. (i)	280	823
Capital de giro - CDI + 1,20% a.a. a 3,10% a.a. (ii)	16.202	11.450
Moeda estrangeira:		
Capital de giro - FINIMP - 4,23% a 4,9% a.a. (ii)	24.469	18.627
	41.070	31.124
Passivo circulante	25.619	22.122
Passivo não circulante	15.451	9.002

(i) A garantia para essas operações da controlada Copenor são os próprios bens adquiridos. (ii) A garantia para essas operações da controlada Copenor é o aval da própria Companhia. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a controlada não possui contratos sujeitos a *covenants* financeiros. Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento:	2014	2013
2015	-	8.802
2016	9.650	200
2017	5.801	-
Total	15.451	9.002

8. Estoques (Consolidado) - Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor de mercado. Quando aplicável, uma provisão para perdas para estoques de baixa rotatividade, obsoletos ou quando há perspectiva de realização abaixo do custo é constituída.

	2014	2013
Produtos acabados	13.559	11.462
Matérias-primas e embalagens	2.012	3.604
Almoxarifado	3.858	3.824
Total	19.429	18.890

9. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Circulante				
ICMS a recuperar operações - Camaçari	-	-	1	1.399
Impostos federais	10	18	2.223	2.710
Impostos a recuperar - ICMS sobre imobilizado	-	-	53	172
Total	10	18	2.277	4.281
Não circulante				
ICMS a recuperar operações - São Paulo	-	-	5.237	6.010
Impostos a recuperar - ICMS sobre imobilizado	-	-	52	14
FINSOCIAL e outros impostos a recuperar	533	926	926	1.883
Total	533	926	6.215	7.907

O ICMS a recuperar do Estado de São Paulo no valor de R\$ 5.237 (2013 - R\$ 6.010) refere-se a créditos acumulados na controlada Copenor pelas diferenças de alíquotas nas aquisições de matérias-primas. Em 13 de fevereiro de 2013, a controlada obteve sentença favorável reconhecendo o crédito acumulado de ICMS com autorização de uso do mesmo. A Fazenda do Estado de São Paulo recorreu da decisão, porém, com base na avaliação dos consultores jurídicos, as chances de reversão do julgado são mínimas, tendo em vista a perícia que foi realizada nos autos, que não deixou dúvidas quanto ao direito ao crédito. A Administração da controlada, com base na expectativa de êxito na demanda judicial, pretende realizar o crédito através de transferência a partes relacionadas, a terceiros, ou compensando com ICMS pago na importação de matéria-prima.

10. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Participação em controlada:				
Copenor - Companhia Petroquímica do Nordeste	72.017	66.819	-	-
Outros investimentos	285	285	931	931
Total	72.302	67.104	931	931

Os dados da controlada e a movimentação do investimento em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são como segue:

	2014	2013
Capital social	112.960	112.960
Patrimônio líquido	73.158	67.878
Lucro líquido do exercício	5.280	6.195
% de participação acionária	98,44%	98,44%
Resultado de equivalência do exercício (i)	5.198	6.098
Valor do investimento	72.017	66.819

(i) Considerando o efeito da reversão da amortização do diferido (vide Nota 4). Outros investimentos referem-se a participações detidas em empresas registradas pelo custo de aquisição, que não excede o valor de realização.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é demonstrada como segue:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Em 01 de janeiro de 2013	12.810	5.096	6.625	12	24.543
Ingressos	5.434	5.434	11.434	5.202	27.504
Encargos	1.935	-	565	-	2.500
Varição cambial	4	-	1.721	379	2.104
Transferências	7.121	(7.121)	-	-	-
Amortizações	(18.226)	-	(7.301)	-	(25.527)
Em 31 de dezembro de 2013	9.078	3.409	13.044	5.593	31.124
Ingressos	4.564	9.436	9.068	8.578	31.646
Encargos	1.521	-	1.005	-	2.526
Varição cambial	-	3	1.986	738	2.727
Transferências	3.402	(3.402)	8.904	(8.904)	-
Amortizações	(11.410)	-	(15.543)	-	(26.953)
Em 31 de dezembro de 2014	7.155	9.446	18.464	6.005	41.070

Em 31 de dezembro de 2014, a controlada Copenor possui instrumentos de *swap* para proteção da totalidade das operações de FINIMP com exposição cambial, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 - (Em milhares de reais)

As operações foram contratadas nas seguintes condições:

Início	Vencimento	Valor nominal ponta ativa (USD)	Valor nominal ponta passiva (R\$)	Índice ponta ativa	Índice ponta passiva
2013 e 2014	2015 a 2017	9.834	23.573	Variação cambial + 4,23 a 4,9% a.a.	2,3% a 3,38% a.a. + CDI

Os índices e taxas serão aplicados sobre o valor nominal do início até o término do período de vigência. Os valores justos dos contratos de swap de moeda e taxas de juros, em aberto em 31 de dezembro de 2014, correspondem a R\$ 1.894, registrado na rubrica "Instrumentos financeiros derivativos".

	2014	2013
Swaps (ponta ativa)	24.469	18.635
Swaps (ponta passiva)	22.575	17.619
	1.894	1.016
Circulante	1.371	826
Não circulante	523	190

A movimentação do derivativo para o exercício é como segue:

	2014	2013
Saldos em 1º de janeiro	1.016	-
Liquidação	480	-
Perda	(2.730)	(1.249)
Ganho	3.128	2.265
Saldos em 31 de dezembro	1.894	1.016

Em 31 de dezembro de 2014, a controlada não utilizou a metodologia de "hedge accounting" para contabilização dos seus instrumentos financeiros derivativos.

13. Transações entre partes relacionadas

	Controlada		Consolidado							
	Copenor		GPC Química S.A.		Petrobras S.A.		Petrobras Biocombustível S.A.		Total	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013		
Ativo circulante										
Contas a receber	-	-	-	-	483	376	2.802	2.315	3.285	2.691
Ativo não circulante										
Contas a Receber (Nota 7 (a))	-	-	6.100	6.100	-	-	-	-	6.100	6.100
Mútuo	4	4	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo não circulante										
Mútuo (iii)	18.614	1.745	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado										
Compras	-	-	-	-	10.813	12.249	-	-	10.813	12.249
Vendas (i)	-	-	106	2.339	3.169	185	30.235	3.641	33.510	6.165
Despesas gerais e administrativas (ii)	-	-	-	-	1.522	2.660	-	-	1.522	2.660

(i) Referem-se às vendas de Metanol realizadas pela controlada Copenor para suas controladoras GPC Química S.A., Petrobras S.A. e Petrobras Biocombustível S.A., ademais, vendas de Formaldeído (Formol) para a controladora Petrobras S.A.. (ii) Despesas relativas aos honorários de funcionários cedidos pela Petrobras S.A., os quais são pagos pela controlada Copenor, através de notas de débito. (iii) Mútuo existente entre a Companhia e a controlada Copenor atualizado com base em 100% da variação do CDI e sem prazo determinado. Deste valor, R\$ 9.930 refere-se à transferência de saldo de prejuízo fiscal da controlada para a Companhia (vide Nota 16). As operações com partes relacionadas são realizadas conforme pactuado entre as partes, nas datas em que são efetuadas e levam em consideração os volumes envolvidos. A controladora Copenor registra até 31 de dezembro de 2014 o montante global de R\$ 2.217 (2013 - R\$ 2.487) de despesas com honorários da Diretoria Executiva. A controlada não concede benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração.

14. Imposto de renda e contribuição social - A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos, que são calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data da elaboração das demonstrações financeiras de acordo com o regime de competência. Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social são registrados somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. a) **Imposto de renda e contribuição social corrente** - A seguir a conciliação da despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação da alíquota vigente combinada de 34%:

	Companhia		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Lucro (prejuízo) antes da tributação	2.788	4.640	(9.290)	7.990
Alíquota nominal vigente	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social	(948)	(1.578)	3.159	(2.716)
Adições permanentes	-	-	(91)	(142)
Adições temporárias	-	-	-	-
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	(6)	(7)	(828)	(24)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(1.015)
Provisão para perda no imobilizado	-	-	(641)	-
Outras	-	-	(20)	-
Exclusões	-	-	-	-
Ajustes RTT	-	-	(345)	(345)
Equivalência patrimonial	1.767	2.073	-	-
Efeito fiscal da baixa do ativo diferido	-	-	218	268
Compensação de prejuízos fiscais	-	-	-	1.421
Créditos fiscais não reconhecidos	(836)	(488)	(1.735)	(488)
Outros	23	-	283	(172)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	-	(3.213)
Incentivo Fiscal SUDENE	-	-	-	405
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-
sobre a realização do custo atribuído (Nota 14 d)	-	-	344	345
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa (Nota 16)	1.820	-	14.278	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.820	-	14.622	345
Imposto de renda e contribuição social no resultado	1.820	-	14.622	(2.463)

 b) **Incentivo fiscal** - A controlada gozou do benefício de redução de 12,5% no período compreendido entre 1º de janeiro de 2009 e 31 de dezembro de 2013 do imposto de renda devido e adicionais não restituíveis sobre o lucro da exploração proveniente das operações, bem como, sobre a produção do formaldeído estabelecido, a controlada gozou de redução de 75% pelo prazo de 9 anos compreendidos entre 2005 e 2013. c) **Tributos diferidos ativos** - Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e sua controlada possuem prejuízos fiscais, base negativa de CSSL e diferenças temporárias nos montantes de R\$ 61.882 (2013 - R\$ 101.851), R\$ 22.147 (2013 - R\$ 50.492) e R\$ 10.114 (2013 - R\$ 2.619), respectivamente, sobre os quais não foram constituídos ativos fiscais diferidos em razão do histórico de prejuízos anteriores e das incertezas quanto à geração de resultados tributáveis futuros. d) **Tributos diferidos passivos** - A controlada Copenor constituiu Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos passivos em decorrência do registro do custo atribuído (deemed cost) conforme descrito na Nota 11 e cuja movimentação encontra-se demonstrada abaixo:

	2014	2013
Em 1º de janeiro	(5.564)	(5.909)
Realização dos impostos diferidos	344	345
Em 31 de dezembro	(5.220)	(5.564)

 e) **Adoções aos aspectos da Lei nº 12.973/2014** - A Companhia elaborou estudos sobre os efeitos que poderiam advir da aplicação das disposições da Lei nº 12.973 e concluiu que não há efeitos significativos nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

15. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

	Controladora	Consolidado
Saldos em 1º de janeiro de 2013	256	1.579
Adições	22	162
Baixas	-	(97)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	278	1.644
Adições	17	3.240
Baixas	-	(799)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	295	4.085

Trabalhistas e cíveis - a) Cláusula quarta: Em 2012, a Companhia e sua controlada assinaram acordo entre as partes referente ao processo denominado "Cláusula 4ª" e desta forma, a controlada Copenor constituiu provisão no montante de R\$ 5.647 sendo R\$ 3.976 a pagar para os funcionários e ex-funcionários e o restante no montante de R\$ 1.671 referente às custas e honorários advocatícios a serem pagos em 4 (quatro) parcelas anuais, remanesecendo saldo de R\$ 1.375 correspondente à 4ª parcela a ser paga até julho de 2015 corrigida pela taxa de até 1,17% a.a.. Em 31 de dezembro de 2014, remanesce ainda ação de um empregado que não aceitou o acordo e continuará com o processo. Os advogados contratados pela Companhia estimam que as chances de êxito relacionadas a esse processo são possíveis, portanto, nenhuma provisão adicional foi constituída. b) **Outras demandas trabalhistas e cíveis:** Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e sua controlada eram parte em ações indenizatórias e trabalhistas, cujos valores envolvidos totalizavam aproximadamente R\$ 10.787 (2013 - R\$ 11.606) cujas chances de êxito, baseada na opinião dos advogados contratados pela Companhia, são consideradas como possíveis, logo nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações financeiras. Para os processos classificados pelos consultores jurídicos como perda provável, a Companhia e sua controlada mantêm provisão de R\$ 4.085 em 31 de dezembro de 2014 (2013 - R\$ 1.644).

Fiscal - a) Multa isolada - CSL: A Companhia e sua controlada possuíam alguns autos de infração em que foi imputada penalidade pelo não recolhimento ou diferenças no recolhimento das estimativas mensais da CSL, sendo aplicada a multa isolada prevista na Lei nº 9.430/96. Em recente Acórdão, proferido em processo administrativo da Companhia, o CARF determinou o cancelamento do lançamento da multa isolada, tendo em vista a aplicação da multa de ofício. Tal decisão transitou em julgado, sendo afastada a cobrança da multa isolada. b) **Outros tributos:** Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e sua controlada possuem processos fiscais nos montantes de R\$ 10.308 controladora e R\$ 20.705 consolidado (2013 - R\$ 10.644 controladora e R\$ 20.267 consolidado), que baseado na opinião dos advogados responsáveis pela defesa as chances de êxito são consideradas como possíveis, logo nenhuma provisão foi constituída às demonstrações financeiras. **Depósitos judiciais** - Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e sua controlada possuem depósitos judiciais relativos a causas cíveis, trabalhistas e tributárias nos montantes de R\$ 92 controladora e R\$ 4.326 consolidado (2013 - R\$ 36 controladora e R\$ 3.158 consolidado).

16. Parcelamento de tributos (Consolidado) - Com o advento da Lei nº 11.941/09 que estabeleceu condições favoráveis para o parcelamento de débitos tributários federais e com a edição da Lei nº 12.865/13, que reabriu a possibilidade de parcelamento, a Companhia e sua controlada Copenor efetuaram a adesão a esses parcelamentos para os débitos relativos à contribuição social e outros tributos que já se encontravam inscritos em dívida ativa, utilizando os benefícios referentes aos descontos de multas, juros e encargos e a utilização do saldo de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social da própria Companhia e de sua controlada. Em 18 de novembro de 2014, a Companhia e controlada liquidaram os saldos remanescentes referentes aos parcelamentos conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Saldo em 1º de janeiro	16.641	16.915	20.335	20.723
Atualização SELIC no exercício	1.395	331	1.757	465
Amortizações	(1.250)	(605)	(1.693)	(853)
Liquidação:				
Em espécie	(5.036)	-	(6.120)	-
Com prejuízo fiscal da Companhia	(1.338)	-	(1.338)	-
Com base negativa da Companhia	(482)	-	(482)	-
Com prejuízo fiscal da Copenor	(9.930)	-	(9.930)	-
Com base negativa da Copenor	-	-	(2.529)	-
Em 31 de dezembro	-	16.641	-	20.335
Passivo Circulante	-	576	-	920
Passivo não Circulante	-	16.065	-	19.415

17. Patrimônio líquido - a) **Capital social:** O capital subscrito e integralizado no montante de R\$ 67.425 em 31 de dezembro de 2014 e 2013 está representado por 296.079.302 ações sem valor nominal, sendo 98.693.100 ordinárias, 87.595.802 preferenciais classe "A", 9.819.517 preferenciais classe "B" e 99.970.883 preferenciais classe "C". As ações preferenciais das classes "A", "B" e "C" não têm direito a voto, tendo, entretanto, os seguintes direitos: a) prioridade na distribuição de um dividendo mínimo não cumulativo de 6% (seis por cento) ao ano, calculados sobre o valor resultante da divisão da parcela do capital social correspondente a cada uma dessas classes de ações pela quantidade das ações representativas de cada classe, limitado aos lucros disponíveis para distribuição aos acionistas; b) prioridade no reembolso do capital até o seu valor patrimonial, nos casos de liquidação da Companhia; c) participação em igualdade de condições com as ações ordinárias, nos aumentos de capital decorrentes de correção monetária e da incorporação de fundos ou lucros; e d) participação, em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição de reservas disponíveis e lucros suspensos, depois de assegurado igualmente às ações ordinárias o dividendo de 6% (seis por cento) ao ano, pago às preferenciais. b) **Reserva legal:** É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do valor do capital social ou quando o saldo desta reserva somado ao montante das reservas de capital atingir 30% do capital social. c) **Reserva de capital:** Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia possui registrado reserva de capital no montante de R\$ 18.147 correspondente a reserva de incentivo fiscal do imposto de renda reconhecida até 31 de dezembro de 2007 diretamente no patrimônio líquido. d) **Ajuste de avaliação patrimonial:** Os saldos decorrentes da adoção do custo atribuído são realizados com base na depreciação dos bens do ativo imobilizado da controlada que foram objeto. Em 31 de dezembro de 2014, o montante registrado na conta de ajuste de avaliação patrimonial é de R\$ 9.977 (2013 - R\$ 10.634). **18. Custo de oclusidade** - A controlada Copenor vem registrando seus custos fixos, inerentes ao processo produtivo que se perdem devido à ausência de produção durante as paradas programadas ou não, no resultado do exercício, alocadas no grupo de despesas operacionais, no montante de R\$ 2.019 (2013 - R\$ 2.030). **19. Plano de pensão - previdência privada** - Em 31 de dezembro de 2014, a controlada Copenor possui 2 planos de previdência complementar, sendo: Plano BD (Plano

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 - (Em milhares de reais)

Previdor de Benefício Definido), saldado e que não permite novas adesões, com 50 (2013 - 50) participantes entre ativos e assistidos e o Plano CD (Plano Previdor de Contribuição Definida) com 177 (2013 - 177) participantes ativos e assistidos. Estes planos são administrados pelo Fundo de pensão multipatrocinadora PREVINOR, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, mas de responsabilidade não solidária entre os patrocinadores. O plano Previdor BD contempla benefícios de aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, por invalidez e pensões por morte. O plano Copenor CD, embora legalmente classificado como de Contribuição Definida, oferece os benefícios programados com a característica de poupança individual não apresentando déficit ou superávit já que o resultado dos investimentos é integralmente repassado para os participantes, mas oferece benefícios de cobertura de auxílio-doença, invalidez e pensão por morte de participante em atividade, na modalidade de Benefício Definido, sendo o seu custo dimensionado anualmente implicando na determinação do custo. As contribuições acumuladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 totalizaram R\$ 1.014 (2013 - R\$ 793). Em conformidade com a Deliberação CVM nº 695/12 que aprovou o CPC 33 (R1) os planos de pensão foram submetidos a avaliação atuarial anual, por Atuário Independente, cujos resultados estão apresentados a seguir:

	Plano BD		Plano CD	
	2014	2013	2014	2013
Valores reconhecidos no balanço patrimonial:				
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	9.327	8.870	117	72
Valor justo dos ativos do plano	(18.158)	(16.638)	(271)	(247)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(8.831)	(7.768)	(154)	(175)
Efeito do limite de reconhecimento de ativo de benefício definido	8.831	7.768	154	175
Passivo / (Ativo) atuarial líquido	-	-	-	-
Valores reconhecidos no resultado:				
Custo do serviço corrente (com juros)	-	-	15	13
Juros sobre as obrigações atuariais	1.124	1.020	8	6
Rendimento esperado dos ativos do plano	(2.150)	(1.292)	(31)	(20)
Juros sobre o efeito do teto do ativo	1.026	272	23	14
Contribuições de participante no ano	-	-	-	-
Total da despesa (receita) líquida a ser reconhecida	-	-	15	13

As principais premissas econômicas e biométricas adotadas na avaliação dos planos previdenciários foram:

	2014	2013	2014	2013
Taxa anual de juros	13,07% a.a.	13,21% a.a.	13,07% a.a.	13,21% a.a.
Rendimento de longo prazo dos ativos	13,07% a.a.	13,21% a.a.	13,07% a.a.	13,21% a.a.
Inflação de longo prazo	6,50% a.a.	6,30% a.a.	6,50% a.a.	6,30% a.a.
Projeção de crescimento salarial	6,50% a.a.	6,30% a.a.	8,63% a.a.	7,36% a.a.
Projeção de crescimento dos benefícios do plano	6,50% a.a.	6,30% a.a.	6,50% a.a.	6,30% a.a.
Hipótese sobre rotatividade	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 Suavizada em 10%- (Sexo)	AT-2000 Básica (Sexo)	AT-2000 Suavizada em 10%- (Sexo)	AT-2000 Básica (Sexo)
Tábua de mortalidade de inválidos	RP-2000 Disable (Sexo)	RP-2000 Disable (Sexo)	RP-2000 Disable (Sexo)	RP-2000 Disable (Sexo)
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 1985 Disability Study Class 1 Unisex	Wyatt 1985 Disability Study Class 1 Unisex	Wyatt 1985 Disability Study Class 1 Unisex	Wyatt 1985 Disability Study Class 1 Unisex

As taxas esperadas de retorno dos ativos dos planos BD e CD são dados com base na expectativa de mercado e cenário econômico descrito abaixo, respeitando a alocação em cada segmento. Os ativos de renda fixa referenciados na taxa de juros CDI tendem a ter rentabilidade próxima a taxa de juros. Já os ativos indexados a inflação tendem a sofrer influência do índice de inflação (IPCA e IGPM) e da marcação a mercado das taxas de juros. Já os ativos de renda variável são alocados com base nos benchmarks pré-determinados. A carteira do Plano é composta por títulos de renda fixa de longo prazo indexado a inflação. Desta forma, sua rentabilidade esperada é composta principalmente pela expectativa de inflação de curto prazo e pela marcação a mercado da taxa de juros real destes títulos. Levando em consideração o cenário base da empresa com inflação próxima a 6,5% para o ano de 2014 e com base nas taxas de juros negociadas pelo mercado, a rentabilidade projetada para a carteira de investimentos para o exercício de 2014 é de 13,07%. O retorno real dos ativos do plano no ano de 2014 foi de R\$ 2.210 para o Plano BD e de R\$ 28 para o Plano CD.

	Plano BD		Plano CD	
	2014	2013	2014	2013
Evolução Patrimonial				
1 (Ganho)/Perda no período	(60)	(729)	(3)	(9)
2 (Ganho)/Perda em % do patrimônio	(0,330%)	(4,382%)	(1,093%)	(3,566%)
Evolução das Obrigações				
1 (Ganho)/Perda no período	23	(3.634)	26	(26)
2 (Ganho)/Perda em % da obrigação	0,245%	(40,966%)	22,284%	35,261%
3 Mudança nas premissas financeiras	423	(3.673)	23	(9)
Resultado do Plano				
1 Obrigação Atuarial	9.327	8.870	118	72
2 Valor justo dos ativos	(18.158)	(16.638)	(271)	(247)
3 Resultado do plano	(8.831)	(7.768)	(153)	(175)
4 Efeito do limite	8.831	7.768	153	175
5 Resultado do plano	-	-	-	-

A entidade elabora um estudo de ALM para gerenciamento de risco dos planos. Relativamente à Parte de Risco, não houve previsão de recolhimento de contribuições no exercício de 2014 e pelos resultados não deverá haver para o exercício de 2015. Fluxo de pagamentos para os próximos 10 anos - Relativamente aos participantes em atividade no Plano BD estima-se em 10 anos o tempo médio faltante para que as pessoas estejam em gozo de benefício e os atuais assistidos têm vida média esperada de 21 anos.

Ano	Despesas
2015	791
2016	834
2017	880
2018	928
2019	978
2020 a 2024	5.824

Para o Plano CD a estimativa passa a ser 12 anos o tempo médio faltante para que as pessoas estejam em gozo de benefício e os atuais assistidos têm vida média esperada de 21 anos.

Ano	Despesas
2014	33
2015	30
2016	a 27
2017	25
2018	26
2019 a 2023	116

As movimentações no valor presente da obrigação com os planos são os seguintes:

	Plano BD		Plano CD	
	2014	2013	2014	2013
Valor das obrigações no início do ano	8.870	12.108	72	79
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	-	-	15	13
Juros sobre obrigação atuarial	1.124	1.020	8	6
Benefícios pagos no ano	(690)	(624)	(4)	-
Obrigações - (G)/P	23	(3.634)	26	(26)
Mudança nas premissas financeiras	423	(3.672)	23	(9)
Ganhos/Perdas por ajustes de experiência	(400)	38	3	(17)
Valor das obrigações calculadas no final do ano	9.327	8.870	117	72

As movimentações no valor justo dos ativos dos planos são as seguintes:

	Plano BD		Plano CD	
	2014	2013	2014	2013
Valor justo dos ativos no início do ano	16.638	15.241	247	236
Benefícios pagos no ano	(690)	(624)	(4)	-
Contribuições de participante vertidas no ano	-	-	-	-
Contribuições de patrocinadora vertidas no ano	-	-	-	-
Rendimento esperado dos ativos no ano	2.150	1.292	31	20
Ajuste do Ativo	-	-	-	-
Ganho / (Perda) sobre os ativos	60	729	(3)	(9)
Valor justo dos ativos no final do ano	18.158	16.638	271	248

	2014	2013	2014	2013
Taxa anual de juros	13,07% a.a.	13,21% a.a.	13,07% a.a.	13,21% a.a.
Rendimento de longo prazo dos ativos	13,07% a.a.	13,21% a.a.	13,07% a.a.	13,21% a.a.
Inflação de longo prazo	6,50% a.a.	6,30% a.a.	6,50% a.a.	6,30% a.a.
Projeção de crescimento salarial	6,50% a.a.	6,30% a.a.	8,63% a.a.	7,36% a.a.
Projeção de crescimento dos benefícios do plano	6,50% a.a.	6,30% a.a.	6,50% a.a.	6,30% a.a.
Hipótese sobre rotatividade	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 Suavizada em 10%- (Sexo)	AT-2000 Básica (Sexo)	AT-2000 Suavizada em 10%- (Sexo)	AT-2000 Básica (Sexo)
Tábua de mortalidade de inválidos	RP-2000 Disable (Sexo)	RP-2000 Disable (Sexo)	RP-2000 Disable (Sexo)	RP-2000 Disable (Sexo)
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 1985 Disability Study Class 1 Unisex	Wyatt 1985 Disability Study Class 1 Unisex	Wyatt 1985 Disability Study Class 1 Unisex	Wyatt 1985 Disability Study Class 1 Unisex

À seguir apresentamos o teste de sensibilidade utilizado na correção da taxa de desconto com acréscimo e decréscimo de 0,5%.

	Plano BD		Plano CD	
	2014	2013	2014	2013
Efeito com o aumento de 0,5% no Custo do Serviço Corrente	-	-	-	-
Efeito com o aumento de 0,5% no Custo dos Juros	(14)	(13)	-	-
Efeito com o aumento de 0,5% no Valor Presente das Obrigações	(454)	(424)	(3)	(1)
Efeito com o decréscimo de 0,5% no Custo do Serviço Corrente	-	-	-	-
Efeito com o decréscimo de 0,5% no Custo dos Juros	15	14	-	-
Efeito com o decréscimo de 0,5% no Valor Presente das Obrigações	499	465	3	1

A tabela abaixo apresenta o teste de sensibilidade da tábua de mortalidade utilizando uma suavização de 10%.

	Plano BD		Plano CD	
	2014	2013	2014	2013
Efeito no Custo do Serviço Corrente	-	-	-	-
Efeito no Custo dos Juros	-	16	-	-
Efeito no Valor Presente das Obrigações	-	117	-	-

* Comparativamente ao exercício anterior, foi alterada a tábua de mortalidade geral que passou de AT-2000 básica (sex) para AT-2000 suavizada em 10% (sex).

20. Coberturas de seguros - Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e sua controlada possuíam as seguintes principais apólices de seguro com terceiros: As premissas de riscos adotadas, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Modalidade de seguro	Data da vigência	Importância Segurada
Riscos nomeados	31/07/15	185.467
Responsabilidade civil geral	01/03/16	10.000
Responsabilidade civil de diretores, conselheiros e administradores	07/02/16	2.000
Veículos	31/10/15	150 (RCFV) por veículo

21. Receita operacional líquida (Consolidado) - Reconhecimento da Receita - A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. **Impostos sobre vendas** - As receitas de vendas e serviços da Companhia estão sujeitas a impostos e contribuições conforme previstos nas legislações federais, estaduais e municipais. As receitas de vendas estão deduzidas dos referidos impostos. Os créditos são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.

	2014	2013
Metanol produzido	84.668	86.649
Formaldeído produzido	47.094	40.981
Hexametilenotetramina produzido	18.638	15.508
Receita revendas de diversos produtos (i)	70.937	112.975
Receita bruta de vendas	221.337	256.113
Impostos sobre vendas	(37.105)	(43.575)
Receita operacional líquida	184.232	212.538

(i) Conforme mencionado na Nota 1, a controlada Copenor efetua revenda de produtos, a maior parte desta receita é proveniente da revenda de metanol (aproximadamente 78% do saldo).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 - (Em milhares de reais)

22. Custo dos produtos vendidos e receitas (despesas) operacionais

Custos dos produtos vendidos

	2014	2013
Matéria-prima	(123.520)	(142.474)
Custos diretos	(13.066)	(11.411)
Custos indiretos	(4.237)	(3.912)
Depreciação	(8.502)	(5.137)
Utilidades (Energia elétrica e água)	(1.836)	(1.732)
Tratamento de efluentes	(781)	(865)
Total	(151.942)	(165.531)

Despesas com vendas

	2014	2013
Salários, encargos e comissões	(1.934)	(2.124)
Fretes e carretos	(10.704)	(10.443)
Total	(12.638)	(12.567)

Despesas gerais e administrativas

	2014	2013
Pessoal	-	-
Serviços de terceiros (i)	(363)	(348)
Conservação e manutenção	-	-
Viagens	-	-
Tributos	-	-
Aluguéis e leasing	-	-
Depreciação e amortização	-	-
Outras	-	-
Total	(363)	(348)

(i) Refere-se principalmente a gastos com segurança, manutenção predial e assessoria jurídica.

Outras despesas operacionais, líquidas

	2014	2013
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	(17)	(21)
Efeito líquido da baixa de ativo imobilizado	-	-
Provisão para perdas de imobilizado	-	-
Outras despesas, líquidas	(334)	(176)
Total	(351)	(197)

23. Resultado financeiro

Receitas financeiras

	2014	2013
Rendimentos sobre aplicações financeiras	-	-
Ganhos com instrumentos financeiros	-	-
Outras receitas financeiras	-	-
Total	-	-

Despesas financeiras

	2014	2013
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos	-	-
Perdas com instrumentos financeiros	-	-
Juros sobre impostos parcelados	(1.395)	(409)
Juros sobre CSL não parcelada	-	(341)
Fianças bancárias	-	-
Outras	(301)	(163)
Total	(1.696)	(913)
Variação cambial, líquida	-	-
Resultado financeiro	(1.696)	(913)

24. Resultado por ação - Demonstramos a seguir o cálculo do lucro básico por ação:

	2014	2013
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	4.608	4.640
Quantidade média ponderada de ações emitidas		
Ordinárias	98.693.100	98.693.100
Preferenciais "A"	87.595.802	87.595.802
Preferenciais "B"	9.819.517	9.819.517
Preferenciais "C"	99.970.883	99.970.883
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação		
Ordinárias	0,0195	0,0197
Preferenciais "A"	0,0136	0,0137
Preferenciais "B"	0,0136	0,0137
Preferenciais "C"	0,0136	0,0137

Em decorrência de não existirem ações ordinárias potenciais diluídas, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

 Os Diretores Executivos da controladora **Metanor S.A. - Metanol do Nordeste**, declaram que examinaram, reviram, discutiram e concordam com todas as informações contidas nestas Demonstrações Financeiras da Companhia, bem como concordam com a opinião da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., referenciadas em no Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes, apresentado nesta Demonstração Financeira Anual. Camaçari, 17 de março de 2015. **Eduardo Autran de Almeida Junior** - Diretor Presidente. **Emílio Salgado Filho** - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

 Os Diretores Executivos da controladora **Metanor S.A. - Metanol do Nordeste** examinaram, reviram, discutiram e concordam, quanto as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social de 2014, compreendendo: balanços patrimoniais, demonstrações dos resultados dos exercícios, demonstrações das mutações do patrimônio líquido e resultados abrangentes, demonstrações dos fluxos de caixa e demonstrações do valor adicionado, complementadas por notas explicativas, ante as informações prestadas pelo Contador da Companhia e considerando, ainda, o Relatório de Revisão Especial da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. e do Conselho Fiscal da Metanor, aprovaram e concordam com os referidos documentos e propõem sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia. Camaçari, 17 de março de 2015. **Eduardo Autran de Almeida Junior** - Diretor Presidente. **Emílio Salgado Filho** - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

PARECER DO CONSELHO FISCAL

 O Conselho Fiscal da **Metanor S.A. - Metanol do Nordeste**, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6.404/76, e suas posteriores alterações, examinou o Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, compreendendo: balanço patrimonial, demonstrações do resultado, de mutações do patrimônio líquido e resultados abrangentes, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas. Com fundamento nas análises realizadas e no Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, este Conselho opina no sentido de que as Demonstrações Financeiras estão em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas. Camaçari, 17 de março de 2015. **Adolpho Luiz Laydner Júnior** - Presidente do Conselho Fiscal. **Carlos Henrique Vieira Cândido da Silva** - Conselheiro. **José Joaquim Geraldo Neto** - Conselheiro.

CONSELHO FISCAL

Adolpho Luiz Laydner Junior - Presidente

Carlos Henrique Vieira Cândido da Silva - Conselheiro

José Joaquim Geraldo Neto - Conselheiro

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Theodoros Panagiotis Marcopoulos - Presidente

Amin Alves Murad - Vice-Presidente

CONSELHEIROS

Alcides Moraes Filho
Arthur Ortiz de Araújo
João Carlos Peixoto de Castro Palhares
Antonio Carlos Pereira Maia

DIRETORIA

Eduardo Autran de Almeida Junior
 Diretor Presidente

Emílio Salgado Filho
 Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Emanuel Alberto Nunes de Almeida
 Gerente Corporativo

Paulo César Lôbo Souza
 Contador - CRC-14.556-BA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

 Aos Administradores, Acionistas e Conselheiros da **Metanor S.A. Metanol do Nordeste**

Camaçari - BA - Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Metanor S.A. - Metanol do Nordeste** ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras** - A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais** - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Metanor S.A. - Metanol do Nordeste** em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Opinião sobre as**

demonstrações financeiras consolidadas - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **Metanor S.A. - Metanol do Nordeste** em 31 de dezembro de 2014, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Enfases** - Conforme mencionado na Nota 9, a controlada Copenor - Companhia Petroquímica do Nordeste possui em 31 de dezembro de 2014 saldo de ICMS a recuperar no montante de R\$ 5.237 mil (R\$ 6.010 mil em 2013), registrado no ativo não circulante. A Administração da controlada está discutindo judicialmente com a Secretária da Fazenda do Estado de São Paulo a autorização de uso do mesmo através de transferência a partes relacionadas, a terceiros ou compensação com ICMS pago na importação de matéria-prima. A realização desse crédito depende do sucesso dessas discussões que atualmente se encontram em andamento. Conforme mencionado na Nota 11, a controlada Copenor possui em 31 de dezembro de 2014 ativo imobilizado líquido no montante de R\$ 2.710 mil (R\$ 5.454 mil em 2013) referente à planta industrial na unidade de Camaçari - BA paralisada desde 2007. Os ativos desta planta encontram-se hibernados, em condições de uso nos negócios da Copenor ou de terceiros e a recuperação do valor líquido contábil desses ativos depende do sucesso das ações a serem implementadas pela Administração da controlada. Nossa opinião não está ressalvada em função destes assuntos. **Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado** - Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação complementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

 Salvador, 13 de março de 2015.
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
 CRC-2SP 015.199/0-6-F-BA

Shirley Nara S. Silva
 Contadora CRC 1BA-022.650/O-0